

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE**  
**SEGUROS PATRIMONIAIS**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**[2025\_023CP]**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULA 1.ª Objeto.....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULA 2.ª Contrato.....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULA 3.ª Prazo contratual .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....</b>	<b>5</b>
<b>CLÁUSULA 4.ª Obrigações da AdP SGPS .....</b>	<b>5</b>
<b>CLÁUSULA 5.ª Obrigações das Empresas Seguradas.....</b>	<b>5</b>
<b>CLÁUSULA 6.ª Obrigações genéricas dos Seguradores .....</b>	<b>6</b>
<b>CLÁUSULA 7.ª Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros .....</b>	<b>7</b>
<b>CLÁUSULA 8.ª Meios a afetar à aquisição de serviços .....</b>	<b>8</b>
<b>CLÁUSULA 9.ª Meios humanos.....</b>	<b>8</b>
<b>CLÁUSULA 10.ª Teor do contrato de seguro.....</b>	<b>8</b>
<b>CLÁUSULA 11.ª Atualização do objeto.....</b>	<b>9</b>
<b>CLÁUSULA 12.ª Falta de informação prévia .....</b>	<b>9</b>
<b>CLÁUSULA 13.ª Interpretação.....</b>	<b>9</b>
<b>CLÁUSULA 14.ª Resseguros .....</b>	<b>10</b>
<b>CLÁUSULA 15.ª Emissão de apólices .....</b>	<b>10</b>
<b>CLÁUSULA 16.ª Dever de sigilo .....</b>	<b>11</b>
<b>CLÁUSULA 17.ª Tratamento de dados pessoais.....</b>	<b>12</b>
<b>CLÁUSULA 18.ª Preço base e preço Contratual.....</b>	<b>14</b>
<b>CLÁUSULA 19.ª Prémios de seguro e respetivo pagamento.....</b>	<b>14</b>
<b>CLÁUSULA 20.ª Faturação .....</b>	<b>15</b>
<b>CLÁUSULA 21.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO III INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 22.ª Cessão da posição contratual e subcontratação do cocontratante .....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 23.ª Sanções contratuais .....</b>	<b>17</b>
<b>CLÁUSULA 24.ª Força maior .....</b>	<b>17</b>
<b>CLÁUSULA 25.ª Resolução do contrato por parte da AdP SGPS.....</b>	<b>18</b>

<b>CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> Resolução do contrato por parte do Cocontratante .....</b>	<b>19</b>
<b>CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> Execução da caução .....</b>	<b>20</b>
<b>CLÁUSULA 28.<sup>a</sup> Constituição e atualização da caução .....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>CLÁUSULA 29.<sup>a</sup> Deveres de Informação .....</b>	<b>20</b>
<b>CLÁUSULA 30.<sup>a</sup> Comunicações .....</b>	<b>21</b>
<b>CLÁUSULA 31.<sup>a</sup> Foro competente .....</b>	<b>21</b>
<b>CLÁUSULA 32.<sup>a</sup> Direito aplicável e natureza do contrato .....</b>	<b>21</b>
<b>CLÁUSULA 33.<sup>a</sup> Contagem dos prazos.....</b>	<b>21</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS.....</b>	<b>23</b>
➤ <b>Anexo I A – Condições Gerais .....</b>	<b>23</b>
➤ <b>Anexo I B – Condições Especiais .....</b>	<b>23</b>
➤ <b>Anexo I C – Terrorismo .....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>25</b>
<b>Seguros de Danos relativos a bens e interesses patrimoniais.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO II Lista de Empresas Seguradas .....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO III CAPITAIS POR INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO IV SEGUROS DE PATRIMÓNIO – MATRIZ DE COBERTURAS E LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO V SEGUROS DE PATRIMÓNIO – MATRIZ DE FRANQUIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO VI SINISTROS .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO VII GESTÃO DE RISCO NO GRUPO ADP .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO VIII AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS BARRAGENS .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO IX RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE RISCO .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO X CARACTERIZAÇÃO DE EMISSÁRIOS.....</b>	<b>75</b>

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **CLÁUSULA 1.ª**

##### **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar relativo à contratação de **Seguros de danos relativos a bens e interesses patrimoniais seguráveis, e coberturas ou garantias complementares** para as empresas do grupo Águas de Portugal.
2. As condições relativas ao contrato de seguro a celebrar constam do **ANEXO I** que constitui parte integrante do presente Caderno de Encargos.

#### **CLÁUSULA 2.ª**

##### **Contrato**

1. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **CLÁUSULA 3.ª**

#### **Prazo contratual**

O contrato a celebrar vigora entre o dia **01 de agosto de 2025** e o dia **31 de julho de 2026**, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do contrato.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **CLÁUSULA 4.ª**

##### **Obrigações da AdP SGPS**

- 1.** A AdP SGPS, para além dos seus direitos e obrigações enquanto contraente pública, constitui a entidade responsável pela gestão do Contrato, nos termos do disposto na presente cláusula.
- 2.** Sem prejuízo de outros poderes ou obrigações que estejam previstos no presente Caderno de Encargos, a AdP SGPS, na qualidade de gestora do Contrato, tem as seguintes incumbências:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato a celebrar e comunicar a sua nomeação às Seguradoras e às Empresas Seguradas, bem como qualquer alteração da mesma que ocorra;
  - b) Gerir e acompanhar a execução do Contrato;
  - c) Prestar esclarecimentos às Empresas Seguradas sobre os termos do Contrato;
  - d) Coligir as reclamações das Empresas Seguradas sobre a execução do Contrato;
  - e) Acompanhar a execução do Contrato, podendo para o efeito exercer todos os poderes legais de fiscalização, e, quando necessário, fazer aplicar as sanções previstas em caso de incumprimento;
  - f) Pagar as faturas regularmente emitidas e que tenham sido aceites;

#### **CLÁUSULA 5.ª**

##### **Obrigações das Empresas Seguradas**

Constituem obrigações das empresas seguradas:

- a) Nomear um responsável no seio da respetiva empresa (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicação com as Seguradoras e com a AdP SGPS e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;

- b) Concertação com a AdP SGPS para efeitos de aplicação de sanções contratuais, quando estas se mostrem devidas.

## **CLÁUSULA 6.ª**

### **Obrigações genéricas dos Seguradores**

I. Os Seguradores obrigam-se a cumprir as suas obrigações legais e contratuais com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição da Entidade Adjudicante e das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no Contrato de Seguro e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:

- a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
- b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
- c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
- d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
- e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
- f) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.

2. Os Seguradores obrigam-se igualmente a:

- a) Assumir, diligente e atempadamente, todas as iniciativas necessárias ou adequadas à limitação das consequências de qualquer sinistro ou à remoção da ameaça de ocorrência de qualquer sinistro, incluindo em situações de emergência, e colaborar nas iniciativas que, com o mesmo fim, sejam assumidas pelas Empresas Seguradas;
- b) Realizar, com diligência e celeridade, diretamente ou através de terceiro, de acordo com procedimentos previstos em protocolo específico se disso for o caso, ou segundo as melhores regras da arte, as averiguações e as peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, a remoção de escombros e de salvados, as diligências adequadas à pronta retoma das atividades, as iniciativas e os procedimentos tendentes à fixação e avaliação adequada dos danos que deles decorram, e à determinação dos termos em que, em dinheiro ou em espécie, esses danos devem ser indemnizados;

- c) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros;
  - d) Pagar as prestações intercalares e as indemnizações devidas no prazo legal ou contratual aplicável;
  - e) Satisfazer, de forma fidedigna e célere, os pedidos de informação, de esclarecimento e de documentos solicitados pelas Empresas Seguradas ou, no âmbito da gestão do Contrato de Seguro, pela AdP SGPS.
- 3.** Para além das obrigações previstas na legislação aplicável, constituem ainda obrigações do Cocontratante assumidas com a celebração dos contratos:
- a) Não alterar as condições de prestação de serviços estabelecidas fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - b) Prestar de forma correta e fidedigna à AdP SGPS as informações relevantes referentes às condições da prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se afigurem necessários para a gestão do Contrato respetivo;

## **CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>**

### **Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros**

- 1.** Os Seguradores obrigam-se a adotar as diligências necessárias à regularização dos sinistros verificados, incluindo a promoção de contacto com a AdP SGPS e com as Empresas Seguradas para marcação de peritagem, no prazo de 2 (*dois*) dias úteis a contar da respetiva participação, salvo se os procedimentos previstos sob protocolo específico ou a urgência ou emergência da situação determinar a intervenção imediata, independentemente de hora ou de dia, caso em que essas diligências têm que ser adotadas o mais rapidamente possível e nas condições mais adequadas.
- 2.** A peritagem e a apresentação do respetivo relatório às Empresas Seguradas, com conhecimento da AdP SGPS, devem ocorrer no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias a contar da participação do sinistro ou em prazo inferior expeditamente fixado entre as partes em função dos danos e das suas circunstâncias, sem prejuízo de em casos excecionais poder ser concedido um prazo mais dilatado.
- 3.** A regularização do sinistro e o pagamento das correspondentes indemnizações pelos Seguradores devem ocorrer no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após o encerramento do processo, sem prejuízo de em casos excecionais poder ser concedido pela AdP SGPS e pelas Empresas Seguradas, a requerimento dos Seguradores em causa devidamente justificado, um prazo mais dilatado.

## **CLÁUSULA 8.ª**

### **Meios a afetar à aquisição de serviços**

Constitui obrigação das Seguradoras estabelecer todo o sistema de organização indispensável à execução das tarefas a seu cargo, bem como a disponibilidade de todos os meios, humanos, técnicos e materiais, necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

## **CLÁUSULA 9.ª**

### **Meios humanos**

1. Deve ser disponibilizada uma equipa profissional constituída por um coordenador e por gestor dedicado que assegure a gestão técnica e a gestão de sinistros do contrato.
2. São da exclusiva responsabilidade das Seguradoras o cumprimento de todas as obrigações legais relativas à equipa e respetiva coordenação afetas à execução contratual.
3. Durante a vigência do contrato devem ser realizadas as reuniões necessárias, entre o coordenador da equipa e o gestor de contrato designado pela AdP SGPS.

## **CLÁUSULA 10.ª**

### **Teor do contrato de seguro**

- I. O conteúdo do Contrato de Seguro a celebrar é parametrizado pelo definido no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, com as seguintes ressalvas:
  - a) O âmbito objetivo de aplicação das disposições formalmente compreendidas no presente Caderno de Encargos possui carácter geral, devendo as mesmas ser integradas e valer no Contrato de Seguro, salvo nos casos em que essas disposições sejam derogadas por disposições constantes dos anexos próprios da modalidade de seguro ou não tenham aplicação em função da natureza da atividade das Empresas Seguradas ou do objeto do Contrato de Seguro;
  - b) O âmbito objetivo de aplicação das disposições formalmente compreendidas nos anexos ao presente Caderno de Encargos possui carácter especial, devendo as disposições compreendidas em cada anexo ser integradas no Contrato de Seguro;
  - c) Não existem quaisquer períodos de carência ou de suspensão da eficácia do Contrato de Seguro.



## **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>**

### **Atualização do objeto**

1. O Contrato de Seguro deve fixar os termos em que os respetivos Tomadores de Seguros ou as entidades seguradas podem proceder à atualização do seu objeto, nomeadamente quanto à inclusão de bens ou interesses no universo segurável do Contrato de Seguro, ou à atualização dos respetivos capitais ou valores a segurar, por comunicação à seguradora respetiva, tendo-se as mesmas por automaticamente aceites.
2. A atualização do objeto é titulada por ata adicional à apólice que titula cada Contrato de Seguro.
3. A atualização do objeto, nos termos do disposto na presente cláusula, não pode ter por consequência que a taxa/prémio a aplicar seja divergente daquela que foi fixada na proposta adjudicada.

## **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>**

### **Falta de informação prévia**

1. A falta de informação prévia, decorrente da periodicidade de declarações ou ainda de erro não intencional, relativa à inclusão de bens ou de interesses no universo segurável de cada Empresa Segurada e de cada Contrato de Seguro, ou à atualização dos respetivos capitais ou valores a segurar, não constitui causa de exclusão, de ineficácia ou de limitação de cobertura, de garantia, de capital ou da prestação que seria devida se a informação tivesse sido prévia e atempadamente transmitida.
2. A falta de informação prévia, nas situações a que alude o número anterior, apenas pode dar lugar à correção do montante do prémio correspondente, tomando por referência para essa correção o dia em que se tenham verificado os factos cuja ocorrência deveria ter sido atempadamente transmitida.
3. O disposto na presente cláusula não será aplicável se o aumento efetivo e líquido da exposição do Segurador exceder 15% (*quinze por cento*).

## **CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>**

### **Interpretação**

1. As normas constantes dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP são aplicáveis na interpretação do

Contrato de Seguro.

2. As condições gerais ou especiais em uso pelos Seguradores apenas são admissíveis nos casos de não contrariarem o disposto no Contrato ou em disposições legais ou regulamentares relativas a seguros obrigatórios ou à obrigação de segurar ou de estabelecerem, caso a caso, soluções mais favoráveis para o interesse da AdP SGPS ou das Empresas Seguradas, se distintos, do que as previstas no Contrato.
3. As condições especiais em uso pelos Seguradores apenas são admissíveis nos casos de não contrariarem o disposto no Contrato ou de estabelecerem, caso a caso, soluções mais favoráveis para o interesse da AdP SGPS ou das Empresas Seguradas.
4. Os regimes legais e regulamentares relativos a cada tipo de seguro e o regime geral do contrato de seguro são, por esta ordem, supletivamente aplicáveis ao Contrato de Seguro.
5. Em caso de dúvida, o Contrato de Seguro, dentro dos limites legalmente previstos para a interpretação de contratos, devem ser interpretados com o sentido e o alcance que permitir a melhor satisfação dos interesses e expectativas da Entidade Adjudicante ou das Empresas Seguradas.
6. O teor das epígrafes não limita a interpretação das respetivas disposições.
7. As expressões usadas no Contrato de Seguro que correspondam a definições legais constantes da legislação aplicável à atividade seguradora, à atividade de mediação de seguros e aos contratos de seguro, valem com o sentido previsto na lei.

#### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>**

##### **Resseguros**

Sem prejuízo da integral independência entre o Contrato de Seguro e os contratos de resseguro, contratual ou facultativo, que os Seguradores estabeleçam ou usem para sua proteção, os Seguradores não poderão colocar o resseguro dos riscos subscritos ao abrigo do Contrato junto de empresas de seguros ou de resseguro que não estejam habilitadas para exercer a atividade resseguradora no espaço da União Europeia, segundo o tipo de operação em causa.

#### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>**

##### **Emissão de apólices**

1. As apólices que incidem sobre riscos existentes à data de celebração do Contrato e que estejam discriminados nas peças do procedimento, devem ser emitidas na data da sua celebração e constar como anexo aos mesmos.
2. As apólices devem indicar como:
  - a) Entidade tomadora, responsável pelo pagamento dos prémios de seguros correspondentes, seja ou não a titular principal dos interesses seguros;
  - b) Entidade ou entidades seguradas que sejam titulares dos interesses seguros, quer quaisquer outros interessados no objeto do Contrato de Seguro;
  - c) Beneficiários, as entidades ou pessoas com interesse em qualquer das garantias do Contrato de Seguro ou nos bens que sejam o seu objeto.
3. As apólices podem ser redigidas em português, inglês, francês ou castelhano, sem necessidade de tradução.

## **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>**

### **Dever de sigilo**

1. Os Seguradores incluindo todos os membros dos respetivos órgãos de administração, funcionários ou prestadores de serviços, e também os resseguradores que consultem ou com os quais partilhem os riscos a segurar, devem guardar sigilo sobre a informação e a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Empresas Seguradas, bem como aos clientes, fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores e trabalhadores destas, incluindo a informação e a documentação sobre a organização, os métodos de produção ou de prestação de serviços e quaisquer operações ou meros projetos entre elas ou com terceiros, de que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos Contratos.
2. Os Seguradores obrigam-se a não divulgar, direta ou indiretamente, a informação ou a documentação abrangida pelo dever de sigilo, seja por que forma for, a tomar todas as medidas que razoavelmente estejam ao seu alcance para impedir a sua divulgação e para manter a sua confidencialidade, incluindo a sua não transmissão a terceiros, e a não dar a essa informação e a essa documentação qualquer uso ou aproveitamento que não se destine direta e exclusivamente à execução dos Contratos.

3. Encontra-se excluída do âmbito objetivo do dever de sigilo qualquer informação ou documentação que:
  - a) Seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Seguradores;
  - b) Os Seguradores estejam legalmente obrigados a divulgar ou a facultar por força da lei ou de um processo judicial, no âmbito estrito de tal dever.
4. No caso previsto na alínea b) do número anterior, os Seguradores devem informar e documentar as Empresas Seguradas a que respeitar a informação em causa, de que lhes foi legalmente ordenado que procedessem à divulgação de determinada informação ou documentação previamente ao cumprimento dessa ordem.
5. Os deveres de sigilo e de confidencialidade mantêm-se em vigor após a cessação, por qualquer causa, dos Contratos.
6. Os deveres de sigilo e de confidencialidade de natureza contratual previstos na presente cláusula acrescem aos deveres legais de sigilo e de confidencialidade previstos na lei no âmbito da atividade seguradora.

### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup>**

#### **Tratamento de dados pessoais**

1. As Partes declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. As Partes reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prosseguindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.
3. A celebração e gestão do Contrato envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos representantes legais e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores, por cada uma das Partes.
4. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos

e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes durante a vigência do Contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.

**5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:**

- a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
- b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
- c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
- d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.

**6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:**

•**AdP SGPS:** dpo@adp.pt

•**Cocontratante:** para o endereço a indicar no contrato.

- 7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
- 8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
- 9. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>**

#### **Preço base e preço Contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos a AdP SGPS deve pagar às seguradoras o preço constante na proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior corresponde aos prémios comerciais devidos pelos seguros, aos quais acrescem as taxas, impostos e encargos devidos nos termos da legislação aplicável.
3. O valor do preço base do prémio comercial global é de **€ 2 210 105,13 (Dois milhões duzentos e dez mil, cento e cinco euros e treze cêntimos)**.

### **CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>**

#### **Prémios de seguro e respetivo pagamento**

1. A AdP SGPS deve pagar ou fazer pagar aos Seguradores os prémios de seguro correspondentes aos seguros contratados, acrescido dos encargos, taxas e impostos que forem legalmente devidos em cada momento, como contrapartida das coberturas asseguradas.
2. A falta de pagamento de qualquer prémio de seguro nos prazos estabelecidos, que não podem ser inferior a 30 (*trinta*) dias após a emissão do aviso, apenas constitui em mora a AdP SGPS ou quem esta tenha designado como tomadora do seguro, não implicando nem a extinção, sob a forma de caducidade ou outra, nem a ineficácia do Contrato de Seguro, nem, em especial, a falta de cobertura relativamente a quaisquer sinistros que ocorram na pendência da mora, sendo inaplicável o disposto nos artigos 59.º e 61.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, por efeito do previsto no artigo 12.º, n.º 2, do mesmo diploma legal.
3. O direito de resolução com fundamento na mora a que se refere o número anterior apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à AdP SGPS ou a quem esta tenha indicado como tomadora, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se forem cumpridas as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas do pagamento de juros de mora a que houver lugar.

## **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup>**

### **Faturação**

1. As faturas emitidas pelo Cocontratante devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela AdP SGPS e conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
3. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido ao portal referido no número anterior deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedore.aspx#maintab1>.
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS).
4. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à AdP SGPS não acrescem quaisquer juros de mora.
5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

## **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>**

### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato a indicar pela AdP SGPS para efeitos do artigo 290.º-A do CCP.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelas Seguradoras.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do

contrato, encontra-se habilitado a determinar às Seguradoras que adotem as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime as Seguradoras de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III**

### **INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

#### **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação do cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, as Seguradoras, individualmente ou coletivamente, podem ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da AdP SGPS, em representação das contraentes públicas.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A AdP SGPS deve pronunciar-se sobre a proposta submetida no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a AdP SGPS pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela AdP SGPS, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da AdP SGPS, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup>**

#### **Sanções contratuais**

- 1.** Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdP SGPS pode exigir das Seguradoras o pagamento de uma sanção contratual por cada dia de atraso no cumprimento de obrigações sujeitas a prazo pelo Contrato de Seguro, em montante a determinar, entre 0,1% e 1% do valor do prémio comercial anual, fixado em função da gravidade do incumprimento ocorrido.
- 2.** Em caso de incumprimento de obrigações que não estejam sujeitas a prazo por parte das Seguradoras, o pagamento da sanção prevista no número anterior pode ser exigido:
  - a) Após notificação das Seguradoras, advertindo-as para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela AdP SGPS;
  - b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela AdP SGPS sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.
- 3.** A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a AdP SGPS possa, nos termos gerais, exercer o direito de resolução do Contrato de Seguro, acionar as garantias prestadas ou exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis aos Seguradores.
- 4.** O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.

### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

- 1.** Não podem ser impostas sanções contratuais às seguradoras, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- 2.** Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e

- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- 3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:**
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às seguradoras ou a grupos de sociedades em que estas se integrem, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelas seguradoras de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelas seguradoras de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações das seguradoras cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos das seguradoras não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4.** A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- 5.** A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelas seguradoras das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a AdP SGPS a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo as seguradoras direito a qualquer indemnização.

## **CLÁUSULA 25.<sup>a</sup>**

### **Resolução do contrato por parte da AdP SGPS**

- I.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AdP SGPS pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de ocorrer uma violação de forma grave ou reiterada de

qualquer das obrigações que incumbem às seguradoras.

2. O direito de resolução referido no número anterior podendo fundamentar-se no incumprimento grave, reiterado ou sistemático do Contrato de Seguro, sem prejuízo dos demais casos previstos na lei, e exerce-se mediante declaração enviada às seguradoras e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela AdP SGPS, em representação das contraentes públicas.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento das seguradoras pode ser-lhes exigida uma sanção pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da sanção referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelas seguradoras ao abrigo da Cláusula 22.<sup>a</sup> relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a AdP SGPS exija uma indemnização pelos danos excedentes.
6. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado pelo Segurador no prazo de 30 (*trinta*) dias após notificação para esse efeito.
7. No caso de resolução de Contrato por iniciativa da AdP SGPS, esta pode, de forma a garantir a continuidade da cobertura dos riscos seguros e a prestação continuada dos serviços de corretagem respetivos, diferir os efeitos da resolução até à data da celebração de novo contrato na sequência de um novo procedimento de formação de contratos, com o limite de 3 (*três*) meses a contar da data de comunicação da resolução.

## **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup>**

### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup>**

#### **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela AdP SGPS sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela AdP SGPS não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da AdP SGPS para esse efeito.

### **CLÁUSULA 28.<sup>a</sup>**

#### **Constituição e atualização da caução**

As seguradoras devem prestar e manter constituída uma caução que garanta o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do respetivo Contrato de Corretagem, nos termos previstos no Programa do Procedimento.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **CLÁUSULA 29.<sup>a</sup>**

#### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das Partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das Partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a Parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **CLÁUSULA 30.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a AdP SGPS e o Cocontratante relativa ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

### **CLÁUSULA 31.<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com renúncia expressa a qualquer outro.

### **CLÁUSULA 32.<sup>a</sup>**

#### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

### **CLÁUSULA 33.<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

**Anexo I** – Seguros de danos relativos a bens e interesses patrimoniais seguráveis, e coberturas ou garantias complementares

- **Anexo I A** – Condições Gerais
- **Anexo I B** – Condições Especiais
- **Anexo I C** – Terrorismo

**Anexo II** - Lista de empresas seguradas

**Anexo III** – Capitais por infraestrutura

**Anexo IV** – Matriz de Riscos Patrimoniais - Matriz de Coberturas e Limites de Indemnização

**Anexo V** - Matriz de Riscos Patrimoniais - Matriz de Franquias

**Anexo VI** - Sinistros

**Anexo VII** - Gestão de Risco no Grupo AdP

- **Anexo VII A** – Avaliação de Risco Empresarial
- **Anexo VII B** – Gestão do Risco Empresarial

**Anexo VIII** - Avaliação da situação das Barragens

- **Anexo VIII A** - Relatório Barragens da Águas do Norte
- **Anexo VIII B** - Relatório Barragem da Queimadela
- **Anexo VIII C** - Estudo de classificação Barragem de Peneireiro
- **Anexo VIII D** - Estudo de classificação Barragem do Sordo
- **Anexo VIII E** - Ficheiro de caracterização das barragens incluídas no programa de seguros
- **Anexo VIII F** - Apresentação Barragem de Odelouca

**Anexo IX** - Relatórios de Análise de Risco

**Anexo X** - Caracterização Emissários





## **ANEXO I**

### **SEGUROS DE DANOS RELATIVOS A BENS E INTERESSES PATRIMONIAIS**

## **Seguro de Danos Patrimoniais**

### **Anexo I A**

#### **Condições Gerais**

#### **Riscos cobertos - Garantias**

### **I. ÂMBITO GERAL**

O contrato de seguro a celebrar, único para todas as Empresas Seguradas, relativo a bens, danos ou outros interesses patrimoniais seguráveis, compreende e pode compreender e garantir, de forma compreensiva e abrangente, coberturas amplas de danos patrimoniais, relativas (a título meramente indicativo) a imóveis, obras civis, obras e montagem em determinados limiares, instalações técnicas, redes, sistemas, equipamentos, benfeitorias, produtos e mercadorias, bem como, também apenas indicativamente e conforme se especificarem, coberturas típicas de seguros de máquinas, de equipamentos em locação financeira ou não, de equipamentos elétricos e eletrónicos, de avarias de máquinas, de transportes de bens ou de mercadorias

O contrato de seguro deverá garantir também barragens ou emissários submarinos ou outras obras civis acabadas, relativamente a algumas das Empresas Seguradas, como resulte das especificações, identificadas e caracterizadas no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos.

### **2. TOMADOR DO SEGURO E SEGURADOS**

AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. (AdP SGPS) será a tomadora do contrato de seguro relativo a bens, danos ou outros interesses patrimoniais seguráveis.

Cada uma das Empresas **do Grupo AdP** identificada no **ANEXO II** do Caderno de Encargos, incluindo a AdP SGPS, será considerada como entidade segurada relativamente a bens ou interesses de que seja diretamente titular ou relativamente aos quais tenha interesse no seguro ou dele possa beneficiar.

O contrato de seguro - comum a todas as Empresas Seguradas - garantirá todos os “riscos designados” sob este Anexo, apenas com exclusão do que para estes riscos designados esteja aqui expressamente consentido, e ainda todas as coberturas específicas relativas a alguma das Seguradas, também adiante expressamente assinaladas.

Algumas das coberturas e riscos poderão relevir apenas para algumas das Empresas do Grupo AdP, em função das respetivas atividades, da natureza dos seus ativos e da natureza e topografia dos seus riscos.

A cobertura de riscos de terrorismo será objeto de uma apólice individualizada, tendo como empresa segurada a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., com termos e condições específicas que modelem ou acrescentem as coberturas correspondentes (**Anexo I B**).

### **3. SEGURADOS E ATIVIDADES**

Serão compreensivamente tidos como Segurados nos contratos de que, por si e no interesse de todo o Grupo AdP será Tomadora a AdP SGPS, todas as entidades que integrem ou venham a integrar o grupo AdP, antes já indicadas como Empresas Seguradas, ou quaisquer outras entidades controladas por empresas do Grupo AdP ou por qualquer das suas filiais, ou quaisquer entidades incluídas sob a sua gestão, ou ainda quaisquer outros titulares de qualquer interesse legítimo relativo aos bens seguros, quer sejam pessoas jurídicas quer sejam pessoas físicas.

A título meramente exemplificativo, as atividades de cada Empresa Segurada, consoante as respetivas missões no Grupo AdP, compreendem ou podem compreender:

- a) Exploração e gestão de sistemas municipais e multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de águas e recolha, tratamento e rejeição de efluentes ou de resíduos em aterro, bem como outras atividades próprias, acessórias ou complementares conexas com as atividades principais, com o âmbito mais abrangente que a lei e as condições de exercício das atividades lhes determine;
- b) Atividades de projeto em geral, e de projetos hidráulicos incluindo barragens, e de desenvolvimento de serviços e de “software” para gestão de redes de água ou propósitos análogos, desenvolvidas para Entidades do Grupo AdP ou para Clientes externos;
- c) Para a AdP Energias, exploração e gestão de empreendimentos destinados ao aproveitamento e à exploração de energias renováveis no âmbito da produção de energia elétrica;

- d) Para a AdP Valor, entidade responsável por impulsionar a inovação estratégica no Grupo AdP, dinamizando a rede de competências críticas disponíveis, lançar e gerir novos negócios sustentáveis alinhados com as prioridades do Grupo AdP e centrados nos princípios da economia circular, gerir processos técnicos estratégicos agregadores que potenciem a criação de valor e o sucesso na superação dos desafios do Grupo AdP e prestar serviços especializados de engenharia e operação, num contexto de sustentabilidade e de valorização do ciclo urbano da água.

Com relevo para a análise e seguro dos riscos patrimoniais, importa considerar que o universo de entidades e de atividades do Grupo AdP foi alterado sucessivamente até à atual configuração empresarial por via de:

- Reorganização territorial das entidades que continuaram a integrar o grupo AdP formalizada pelo Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março;
- Alargamento do âmbito do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, nos termos decorrentes do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 82/2025, de 3 de junho.

No âmbito de atividade de cada entidade atual do grupo AdP, podem estar ou vir a estar integradas atividades principais ou meramente acessórias ou complementares exercidas no âmbito da exploração e gestão de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais, de saneamento de efluentes ou análogas, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do regime de **"gestão delegada"**, como, sem limitação ou restrição, previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, entendendo-se sempre que se replicam os respetivos âmbitos de atividade.

#### 4. OBJETO

O contrato de seguro relativo a riscos patrimoniais garantirá todos os bens e interesses relacionados com as atividades próprias ou apenas complementares ou ocasionais das Empresas Seguradas aí incluindo, por isso e principalmente, todos os edifícios, obras, estabelecimentos, instalações, estruturas, sistemas, benfeitorias, equipamentos fixos ou móveis, produtos e mercadorias de qualquer natureza, estado ou finalidade, não especificamente excluída, das Entidades do Grupo AdP ou à sua guarda, em relação direta, indireta ou apenas complementar com as suas atividades de exploração de sistemas de captação, de tratamento e de distribuição de águas para consumo público e de recolha, de tratamento e de rejeição de efluentes, ou de atividades que para isso concorram, e designada mas não exclusivamente:

- **Imóveis de qualquer tipo, estruturas fixas, obras acabadas**
- **Bens fixos ou móveis**, propriedade das Empresas Seguradas, incluindo os bens concessionados, alugados ou arrendados ou de terceiros mantidos em depósito, em relação aos quais o Tomador do seguro ou aquelas Empresas Seguradas tenham assumido o risco ou a obrigação de segurar ou garantir;
- **Bens de terceiros**, em poder de Empresas Seguradas, a qualquer título;
- **Bens de empregados**, nas instalações das Empresas Seguradas quando possa estar em causa o dever de guarda ou a responsabilidade daquelas;
- **Bens e mercadorias durante o seu transporte terrestre**, nos termos de condição especial relativa a bens transportados;
- **Bens das Empresas Seguradas em poder ou em instalações de terceiros;**
- **Acervo museológico ou bens, objetos, obras ou instalações de índole artística em exposição**, temporária ou permanente, nas instalações das Empresas Seguradas, ou confiados para exposição com outra curadoria;
- **Bens ao ar livre** (tendo-se por derogado, expressamente, o que em contrário esteja escrito em condições gerais ou especiais típicas dos contratos de seguro, fazendo por isso garantir os bens que se encontrem ao ar livre, nos termos de uma condição especial própria);

- **Muros, cercas, vedações e portões** (tendo-se por derogado o que em contrário se estipule em condições gerais ou especiais típicas dos contratos de seguro, e fazendo expressamente ter como cobertos sob o contrato de riscos patrimoniais os danos em muros, vedações e portões, em consequência de riscos cobertos ou de riscos não excluídos);
- **Imobilizado em curso**, de qualquer tipo ou natureza, desde que os bens se encontrem em regime de laboração, ou em outro regime de exploração;
- **Bens relacionados com a exploração** ou gestão de instalações destinadas à **exploração de energias renováveis**
- **Trabalhos de construção ou montagem e respetivos testes de operacionalidade nos limites adiantes indicados**

Relativamente à AdP Energias, ter-se-ão extensivamente como objetos seguros e como incluídos sob o contrato de seguro todos os bens relacionados com a exploração e a gestão de empreendimentos destinados à exploração de energias renováveis, no âmbito da produção de energia por aproveitamento dos recursos solares e hídricos.

## **5. BENS NÃO COMPREENDIDOS**

Em sentido sempre restrito, e com ressalva de disposição expressa diferente ou de inclusão específica, apenas se terão como não compreendidos sob a cobertura dos riscos patrimoniais os seguintes bens:

- Veículos autorizados para uso em vias públicas, quando não se encontrem nas instalações das Empresas Seguradas;
- Linhas e material ferroviário, excepto quando formem parte das instalações garantidas;
- Embarcações marítimas ou aeronaves, com exceção de “drones” (“vant”) especificamente identificados e valorados como equipamentos e que integrem ou venham a integrar as operações das Empresas Seguradas que, assim serão de ter como garantidos;

*Nota: “vant”: veículos aéreos não tripulados, controlados à distância por meios eletrónicos e computacionais*

- Qualquer tipo de bens em trânsito marítimo ou aéreo;

- Metais preciosos e títulos;
- Animais, árvores em bruto ou colheitas não recolhidas;
- Terrenos e valor dos terrenos.

## **6. ÂMBITO DE COBERTURA**

### **6.1 Secção I – Multirriscos danos patrimoniais (geral)**

Ressarcimento de danos diretamente causados aos bens e interesses seguros não excluídos nos termos deste anexo, incluindo sempre como possam ser extensamente considerados, os riscos definidos nas coberturas contratadas e resultantes ou relativos a:

- Incêndio, ação mecânica de queda de raio e explosão
- Tempestades
- Inundações
- Danos por água
- Furto ou roubo
- Queda de aeronaves e travessia da barreira do som
- Choque ou impacto de veículos terrestres ou animais
- Choque ou impacto de objectos sólidos
- Derrame de óleo de sistemas de aquecimento
- Derrame de sistemas hidráulicos de proteção contra incêndio
- Outros derrames acidentais
- Quebra de vidros, espelhos fixos e anúncios luminosos
- Quebra ou queda de antenas ou mastros exteriores (TV, TSF, equipamentos de medição ou controlo)
- Quebra ou queda de painéis solares, painéis térmicos ou fotovoltaicos
- Demolição e remoção de escombros

- Desenhos e documentos
- Greves, tumultos e alterações de ordem pública
- Atos de vandalismo ou danos maliciosos
- Danos em bens do senhorio
- Privação temporária de uso de locais arrendados ou ocupados
- Fenómenos sísmicos compreendendo tremores de terra, terremotos, erupções vulcânicas, maremotos, fogo subterrâneo e incêndios ou outros fenómenos naturais consequentes ou associados
- Aluimentos de terras
- Queda de granizo, neve ou gelo
- Combustão espontânea
- Rebentamento ou rotura de adutores, coletores, depósitos ou reservatórios de água, barragens, diques e açudes, independentemente da designação
- Rebentamento de tanques e depósitos usados no processo de tratamento de água
- Honorários de peritos
- Perda ou danos em bens das Empresas Seguradas, em transporte ou em trânsito, mesmo quando transportados em veículos de terceiros
- Riscos elétricos (incluindo quadros, acionamentos eletromecânicos tais como variadores de velocidade e/ou arrancadores progressivos, transformadores de mais de 500 Kva e motores de mais de 10 HP)
- Equipamento eletrónico (incluindo computadores, portáteis ou não, quando identificados)
- Computadores portáteis
- Bens existentes em cofres ou móveis fechados
- Roubo de dinheiro ou valores (primeiro risco)
- Infidelidade
- Bens confiados às Empresas Seguradas ou sob sua custódia



- Bens de Empresas Seguradas em poder ou instalações de terceiros
- Bens de Empregados e colaboradores regulares
- Trabalhos de construção, instalação ou montagem nas instalações das Empresas Seguradas, com limite próprio
- Testes de operacionalidade
- Colapso de estruturas ou edifícios
- Equipamentos de transporte, parquados nas instalações das Empresas Seguradas
- Bens ao ar livre
- Bens em exposição: acervo museológico e exposições temporárias, sob declaração
- Gastos extraordinários: com aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações industriais danificadas em resultado de risco coberto
- Perigos iminentes: despesas preventivas para evitar ou limitar o agravamento de perdas ou danos; despesas de salvamento; despesas com reparações provisórias que sejam parte das reparações a fazer
- Danos decorrentes de intervenção de autoridade pública, para intervenção em caso de sinistro ou de ameaça de sinistro

## **6.2 Secção II – Multiriscos danos patrimoniais - emissários submarinos**

Serão ainda tidos como cobertos e garantidos, relativamente a todas as Empresas Seguradas que os detenham ou explorem, os emissários submarinos, os dispositivos de sinalização, bóias ou quaisquer dispositivos de recolha ou de monitorização, incluindo o sistema de monitorização ambiental do sistema Envitejo.

Os emissários, dispositivos e sistemas serão tidos como garantidos sob o contrato de riscos patrimoniais, de acordo com as condições mínimas de cobertura que adiante se indicam e que prevalecerão.

**Para além dos riscos cobertos** aplicáveis e descritos ou enunciados na seção de riscos patrimoniais – geral (6.1), ficam **ainda** cobertos e garantidos os seguintes riscos, causas ou contextos de risco:

- **Choque ou impacto de embarcações**
- **Tempestades**, considerando adicionalmente as condições seguintes

Relativamente ao risco de tempestades, são de ter como garantidos os danos causados aos emissários submarinos em consequência de agitação marítima caracterizada por ondas de “altura significativa” igual ou superior a  $H_s=4$  metros, registadas pelo Instituto Hidrográfico ou por instituição por ele credenciada. Esta limitação de cobertura não se aplica aos dispositivos de sinalização, bem como a outros equipamentos de análise, recolha e monitorização.

- Aceita-se que o ressarcimento de perdas ou de danos cobertos ao abrigo desta garantia esteja condicionado à apresentação, por parte das Empresas Seguradas, dos respetivos registos da altura das ondas, se disponíveis, ou de prova científica ou empírica equivalente.

**- Nesta cobertura, serão aceites as seguintes exclusões, se previstas contratualmente e não afastadas especificamente:**

- a) Perdas ou danos causados por, ou resultantes de, ou substancialmente agravados por, ausência ou insuficiência de programa de manutenção dos bens seguros, face às regras da técnica e às recomendações de projetistas, construtores ou fabricantes;
- b) Perdas ou danos causados por, ou resultantes de, ou substancialmente agravados por, variação do perfil do fundo do mar, desde que não resultante ou associada a ocorrência indemnizável ao abrigo das coberturas do contrato de seguro relativos a danos patrimoniais.

### **6.3 Secção III – Máquinas (máquinas-casco)**

O contrato de seguro garantirá a cobertura de danos acidentais que atinjam máquinas ou equipamentos móveis industriais, tanto no interior como no exterior das instalações, incluindo as operações de reboque, carga, descarga, e transporte nos termos de cobertura específica de “bens transportados”.

Os capitais relativos a esta secção (III) e a respetiva tarificação compreendem-se incluídos sob a secção I (riscos patrimoniais – geral).

#### **6.4 Secção IV – Avaria de máquinas**

O contrato de seguro garantirá danos parciais ou totais nas máquinas e instalações seguras em consequência de avaria interna, nos termos de cobertura específica de ‘avaría de máquinas’.

#### **6.5 Outras condições aplicáveis às Secções I, II, III, IV**

O contrato de seguro deverá prever e garantir relativamente a cada Empresa Segurada:

- Variação de quantias seguras e descrição unitária de bens seguros, assegurando a compensação entre capitais seguros para bens sob diferentes rubricas;
- Valor de substituição em novo: aplicável a todos os equipamentos, incluindo equipamento eletrónico, máquinas-casco e avaria de máquinas;
- Indemnização de gastos extraordinários;
- Inclusão de bens ao ar livre;
- Pagamentos por conta ou adiantamentos em caso de sinistro.
- Tolerância para inclusão automática, sem declaração prévia, de novos bens ou de beneficiações nos bens existentes, até 15 % do capital seguro por Empresa Segurada;
- Quando se apliquem quaisquer limites contratuais de indemnização, gerais ou específicos, os mesmos serão aplicáveis por sinistro, considerando-se os mesmos repostos automaticamente na anuidade, sem lugar a qualquer sobreprémio.

### **7. VALORIZAÇÃO DO OBJETO DO SEGURO, CAPITALS, GARANTIAS E SEUS LIMITES**

#### **7.1 Valorização dos objetos do seguro e garantias do contrato**

A discriminação dos capitais por empresa e infraestrutura consta do **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos, e serve para uma melhor caracterização da distribuição do risco e da concentração dos capitais.

Para efeitos de cotação e apresentação de proposta deverão ser considerados inequivocamente os capitais por cobertura/ secção que constam no presente mapa do ponto 7. VALORIZAÇÃO DO OBJETO DO SEGURO, CAPITALIS, GARANTIAS E SEUS LIMITES e que são os mesmos que integram o Anexo V PC (ficheiro editável) ao Programa de Concurso.

EMPRESAS	MULTIRISCOS - PATRIMÓNIO			
	CAPITAIS (euros)			
	Activo Corpóreo Bruto (secção I e III)	Avaria de Máquinas (secção IV)	Emissários (secção II)	Existências (secção I)
AdP Valor	26 608 244,00	3 337 432,00	0,00	0,00
AdP Energias	3 510 193,26	0,00	0,00	0,00
Águas do Norte (I)	1 348 519 253,55	62 595 133,43	0,00	0,00
Águas do Douro e Paiva	457 436 491,11	110 038 031,32	0,00	841 419,82
Simdouro	167 393 556,56	28 284 552,69	3 800 000,00	335 287,81
Águas do Centro Litoral	655 886 891,39	76 865 514,15	23 700 000,00	0,00
Águas da Região de Aveiro	705 102 007,13	65 757 355,87	0,00	1 730 322,73
EPAL - Geral	1 411 901 537,99	0,00	0,00	2 402 402,99
Águas do Tejo Atlântico	986 653 862,20	128 265 002,09	25 812 565,28	2 500 000,00
Águas do Vale do Tejo (2)	989 708 530,30	0,00	0,00	956 232,03
Simarsul (3)	227 728 100,45	79 734 296,19	6 494 200,89	877 573,14
Águas de Santo André	100 000 000,00	30 000 000,00	3 000 000,00	100 000,00
Águas Públicas do Alentejo	170 557 901,26	37 039 781,66	0,00	114 147,71
Águas do Algarve (4)	655 283 112,87	140 329 746,52	4 938 947,10	3 142 315,04
Águas do Alto Minho	174 968 136,54	18 025 616,54	0,00	400 000,00
EPAL - Terrorismo	1 411 901 537,99	0,00	0,00	2 402 402,99
	<b>9 493 159 356,59</b>	<b>780 272 462,45</b>	<b>67 745 713,27</b>	<b>15 802 104,26</b>

## **7.2 Capitais seguros e limites de indemnização**

Sem prejuízo do princípio geral da indemnização com base nos capitais seguros ou no valor dos bens afetados aplicar-se-ão os limites contratuais de indemnização previstos no **ANEXO IV - Coberturas e Limites de indemnização**.

Os limites contratuais de indemnização, gerais ou específicos, são aplicáveis por sinistro, considerando-se automaticamente repostos na anuidade, sem sobreprémio.

Relativamente à cobertura de fenómenos sísmicos ou de quaisquer fenómenos naturais, considerar-se-ão como respeitando a um único sinistro todos os danos decorrentes do mesmo fenómeno e ocorridos dentro de um período de 72 horas na mesma área, pertencendo à AdP SGPS delimitar, com a Empresa Segurada, o respetivo início (dia, hora, minutos).

As coberturas e limites de indemnização para a apólice geral e para a apólice de risco de terrorismo, encontram-se descritas no **ANEXO IV – Coberturas e Limites de indemnização**.

## **8. FRANQUIAS**

### **8.1 Danos Materiais - franquias por sinistro:**

As Franquias a considerar relativamente à apólice geral e à apólice de risco de terrorismo encontram-se descritas no **ANEXO V – Seguros de património - Matriz de franquias**.

## **9. PAGAMENTO DOS PRÉMIOS DE SEGURO**

Semestral, sem juros, sem cargas e sem encargos de fracionamento.

## **10. OUTRAS CONDIÇÕES**

### **a) Cláusula de ajustamento de capital seguro (leeway clause): tolerância de 15%**

Tolerância na aplicação da regra proporcional (regime de infrasseguro)

**b) Indemnização na base do valor de substituição em novo:**

**Em caso de sinistro**, a indemnização relativa a bens seguros terá por base o valor de substituição ou de reparação de bens novos da mesma qualidade, tipo e capacidade ou rendimento. Os capitais seguros terão de ser indicados e atualizados tomando como base o custo em novo de bens da mesma qualidade e características dos existentes. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento do sinistro.

- **Pagamentos por conta ou adiantamentos em caso de sinistros:**

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pelo contrato de seguro, e após o início ou a mera aprovação dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou logo que determinada a necessidade de substituição de bens ou de equipamentos, os Seguradores deverão fazer os adiantamentos ou pagamentos por conta ou apresentar os meios de garantia, que sejam necessários e adequados ao desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou que sejam exigíveis às Empresas Seguradas, face aos contratos de empreitadas ou de locação de bens ou de aquisição de bens ou serviços que as Empresas Seguradas tenha de celebrar ou tenha celebrado, até ao limite indicado no **ANEXO IV – Seguros de Património – Matriz de coberturas e limites de indemnização**.

- **Coberturas relativas a acervos museológicos e exposições artísticas nas instalações dos Segurados:**

O seguro cobrirá quaisquer danos nos objetos seguros provenientes de causa externa, mas poderá excluir danos resultantes de causa interna e nomeadamente o vício próprio. Neste âmbito, ter-se-ão como bens seguros apenas bens artísticos, de qualquer tipo, quer em exposição permanente quer em exposição temporária, sob custódia e ao cuidado das Empresas Seguradas. Quando se trate de exposições temporárias a cobertura será válida durante o tempo de exposição, iniciando-se com a entrada dos objetos nas instalações das Empresas Seguradas.

As Empresas Seguradas facultarão aos Seguradores, em caso de sinistro, cópia do catálogo da exposição e evidenciarão o valor unitário das obras em exposição. As Empresas Seguradas comprometem-se a manter vigilância de 24 horas por dia no local da exposição durante o período da mesma. O capital seguro corresponderá ao valor de catálogo do expositor.



**Seguros Patrimoniais****Anexo I B****Condições Especiais****Riscos cobertos – Garantias****II. DERRAME ACIDENTAL****II.1 Âmbito de cobertura**

Cobertura da perda dos produtos armazenados em cubas, tanques e outros depósitos fixos e respetivas condutas que deles façam parte integrante, causada por derrame proveniente de rotura súbita e fortuita ou de acontecimento externo afetando o recipiente.

**II.2 Exclusões**

Aceita-se que fiquem excluídos do âmbito da presente cobertura:

- a) Cataclismos da natureza e inundações;
- b) Explosões de qualquer natureza;
- c) Derrames com origem em defeitos de fabrico do equipamento, torneiras deixadas abertas ou mal fechadas, disfunção de válvulas ou de outros dispositivos de segurança, ou mau calafetamento das portinholas;
- d) Mau estado ou deficiente conservação dos equipamentos;
- e) Quebras provenientes de evaporação ou absorção, ou perdas consideradas normais segundo o tipo de produto;
- f) Derrame de produtos engarrafados;
- g) Derrame de materiais em estado de fusão.

Em cada sinistro haverá sempre que deduzir à indemnização que couber ao Segurador liquidar, o valor da franquia convencionada.



## **12. COMBUSTÃO ESPONTÂNEA**

O contrato de seguro garantirá perdas de ou danos nos bens seguros, em consequência de mera combustão espontânea, não seguida de incêndio.

Estarão excluídos desta cobertura complementar os prejuízos resultantes de formas de armazenamento que devam ser consideradas como tecnicamente incorretas e que, no conhecimento das Empresas Seguradas, devam ser tidas como causa necessária de combustão espontânea. O capital máximo por sinistro, corresponderá ao capital seguro convencionado. Em caso de sinistro, a indemnização será deduzida da franquia aplicável.

## **13. REBENTAMENTO OU ROTURA DE ADUTORES, COLETORES, DEPÓSITOS OU RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, BARRAGENS, DIQUES E AÇUDES**

### **13.1 Cobertura**

Danos súbitos e imprevistos que ocorram nas estruturas, condutas, adutores, reservatórios, barragens, diques, açudes ou construções similares que provoquem rebentamento ou fratura.

No que diz respeito a barragens, esta cobertura abrange as seguintes entidades e as seguintes obras civis:

#### **Águas do Norte:**

- ✓ Barragem de Sordo
- ✓ Barragem de Camba
- ✓ Barragem de Peneireiro
- ✓ Barragem de Palameiro
- ✓ Barragem de Arroio
- ✓ Barragem de Salgueiral
- ✓ Barragem de Carviçais / Vale de Ferreiros

- ✓ Barragem de Valtorno
- ✓ Barragem de Sambade
- ✓ Barragem de Ferradosa
- ✓ Barragem das Olgas
- ✓ Barragem de Pretarouca
- ✓ Barragem do Pinhão
- ✓ Barragem da Queimadela
- ✓ Barragem das Veiguiñas

#### **Águas do Algarve:**

- ✓ Barragem de Odelouca

#### **Águas do Vale do Tejo:**

- ✓ Barragem da Fumadinha
- ✓ Barragem de Carvalhal do Eiró
- ✓ Barragem de Penendo Redondo
- ✓ Barragem do Pisco
- ✓ Barragem de Penha Garcia
- ✓ Barragem de Santa Maria de Aguiar

### **13.2 Exclusões especiais aplicáveis**

a) Perdas ou danos causados por, ou efetivamente resultantes de, ou substancialmente agravados por ausência ou insuficiência do programa de manutenção dos bens seguros relativos a elementos estruturais, face às regras da técnica e às recomendações essenciais de projetistas, construtores ou fabricantes.

b) Perdas ou danos causados por, ou efetivamente resultantes de, ou substancialmente agravados por, variação do perfil do terreno que não decorra de risco ou de ocorrência indemnizável ao abrigo das coberturas do contrato de seguro.

#### **14. HONORÁRIOS DE PERITOS**

Custos e encargos com técnicos, e nomeadamente com consultores, engenheiros e arquitetos, ou outros titulares de habilitações profissionais específicas, necessários para a preparação, execução e controlo dos trabalhos de reconstrução ou de reparação de estruturas, instalações, equipamentos ou bens sinistrados.

Tais encargos serão indemnizáveis se tiverem origem numa perda ou em dano de bens seguros, ao abrigo da cobertura do contrato de seguro que preveja a garantia de honorários de peritos ou garantia similar.

#### **15. EQUIPAMENTO ELETRÓNICO**

##### **15.1 Cobertura**

A cobertura do contrato de seguro é extensiva a perdas ou danos de ou nos equipamentos eletrónicos, em consequência de acidente, seja qual for a sua causa, com exceção das causas mencionadas adiante no ponto 15.3, e desde que tais perdas ou danos obriguem à substituição dos referidos bens ou dos seus componentes.

A natureza dos equipamentos será sempre considerada segundo o que decorra das classificações internas da AdP e corresponda à sua integração nos diagramas de produção de cada entidade.

Ficam, nomeadamente, cobertos os danos resultantes de:

- a) Incêndio, de origem externa ou interna, raio, explosão, bem como de fumos, fuligens consequentes e meios utilizados para os combater ou extinguir, ou para deles preservar os objetos seguros;
- b) Efeitos imediatos da corrente elétrica, tais como curto-circuito, formação de arcos e todos os outros fenómenos elétricos, incluindo os efeitos da eletricidade atmosférica;
- c) Ação das forças da natureza e da água, nomeadamente, em caso de inundação, alagamento, rebentamento de canos, condensação e humidade atmosférica;

- d) Defeitos de construção ou defeito dos materiais utilizados que não sejam imediatamente detetáveis, mas não defeitos de conceção;
- e) Furto ou roubo cometido por pessoas estranhas ao tomador do seguro ou ao Segurado;
- f) Erros de utilização e negligência grosseira;
- g) Danos decorrentes da falta de energia elétrica;

A menos que a respetiva cobertura deva decorrer com base em outro risco especificamente designado como coberto, ter-se-ão como excluídas perdas ou danos resultantes de introdução malévola por terceiros de "software" não autorizado, de códigos informáticos ou de vírus, com o propósito de danificar bens, equipamentos ou sistemas.

O Segurador apenas garantirá às Empresas Seguradas ou aos segurados, se pessoas distintas, os danos causados por avaria mecânica ou avaria elétrica interna dos bens seguros, se, à data do sinistro:

- a) Os bens seguros estiverem abrangidos por um contrato de manutenção com o fabricante, com o fornecedor ou com firma especializada, que tenha por objeto a manutenção periódica dos bens seguros e a verificação, a intervalos regulares, do seu estado de funcionamento, **ou**
- b) A manutenção for assegurada por pessoal especializado e habilitado para o efeito da Empresa Segurada ou de qualquer outra entidade do Grupo AdP ou por entidade contratada, de acordo com o plano de manutenção (\*) sugerido pelo fabricante, e as operações de manutenção forem objeto de registo.

(\*) Plano de manutenção: previsão e realização de trabalhos regulares de controlo, de manutenção e de reajuste de funções realizadas por pessoa habilitada (ou credenciada, quando o equipamento o exija) compreendendo pelo menos:

- Controlo de segurança e funcionamento;
- Limpeza;
- Substituição periódica de elementos sujeitos a desgaste;
- Manutenção preventiva;

- Reparação de avarias por desgaste;
- Reparação de avarias ou de danos.

Os custos com trabalhos de manutenção regular não integram o objeto de cobertura, sem prejuízo da cobertura dos equipamentos durante a respetiva manutenção ou durante a realização regular ou excecional de testes de operacionalidade, onde quer que a mesma ou os mesmos ocorram.

As garantias decorrentes desta cobertura especial entram em vigor a partir do momento em que os equipamentos estejam em condições de funcionamento.

Consideram-se também em funcionamento e em condições de funcionamento os equipamentos de reserva ou parados, ainda que estejam a ser desmontados para fins de limpeza, de inspeção, de reparação ou de instalação em outra posição dentro do local do risco, durante a execução desses trabalhos e durante as consequentes operações de remontagem.

A transferência de equipamentos dentro das instalações das Empresas Seguradas ou entre Empresas Seguradas, ou sob o seu controlo, não obsta à continuidade da cobertura, sob a mera condição de informação ao Segurador, e apenas se a mesma transferência for de ter como relevante.

As modificações introduzidas nos equipamentos serão consideradas para efeito da cobertura, devendo ser informadas ao Segurador apenas as que, face ao plano de manutenção ou ao diagrama de produção, se devam ter por críticas.

## **15.2 Definições**

Para efeitos da presente cobertura, entende-se por:

- a) Bens seguros: os equipamentos eletrónicos e seus acessórios devidamente discriminados e valorados;
- b) Contrato de manutenção e assistência: acordo escrito entre as Empresas Seguradas e o fabricante, fornecedor, distribuidor ou vendedor dos bens seguros ou outra entidade devidamente habilitada, pelo qual se assegure, relativamente aos bens seguros, a:
  - Manutenção periódica de acordo com as recomendações do fabricante;

- Eliminação de avarias;
- Manutenção ou restabelecimento das condições normais de funcionamento.

### **15.3 Exclusões**

Serão aplicáveis apenas as seguintes exclusões específicas:

- a) Perdas ou danos resultantes de deterioração ou desgaste do equipamento informático (“hardware”), que impossibilite o acesso a dados, informações e registos ou o normal funcionamento de programas informáticos e de outros aplicativos informáticos (“software”) se, a respetiva perda ou dano não for de ter por garantida a outro título;
- b) Perdas indiretas ou lucros cessantes de qualquer natureza;
- c) Faltas ou defeitos existentes à data da celebração do contrato de seguro que sejam ou devessem ser do conhecimento das Empresas Seguradas;
- d) Efeito previsível do funcionamento normal dos equipamentos: desgaste, corrosão, ferrugem, efeitos de vapores ácidos, gás ou qualquer outro produto químico, ou de deterioração gradual devido à falta de uso ou a condições atmosféricas normais;
- e) Defeitos apenas estéticos, tais como arranhaduras em superfícies pintadas, polidas ou esmaltadas;
- f) Peças e acessórios que devam ser substituídos regularmente, como tubos, carvões, lâmpadas, fusíveis, válvulas, juntas, cabos, fios metálicos, cilindros gravados, e elementos similares;
- g) Danos resultantes de falta de manutenção ou de assistência nas condições recomendadas pelo fabricante, bem como perdas ou danos sofridos pelos equipamentos seguros como consequência direta dos trabalhos de manutenção externa;
- h) Despesas relativas a trabalhos de manutenção ou de substituição de peças, ou de eliminação de defeitos de funcionamento, salvo se tais despesas forem necessárias devido a perdas ou a danos indemnizáveis ao abrigo das garantias do contrato de seguro;
- i) Perdas ou danos em bens tomados de aluguer pelas Empresas Seguradas, e pelos quais o respetivo locador deva ser tido como responsável nos termos da lei ou dos respetivos contratos de aluguer, de locação financeira, de operação ou de manutenção;

- j) Ações ou omissões negligentes das Empresas Seguradas, por não ter tomado as medidas necessárias e eficazes para impedir o acesso de pessoas não autorizadas aos bens seguros;
- k) Despesas decorrentes da investigação, da identificação ou da reparação de defeitos mecânicos ou elétricos, avarias ou mau funcionamento dos equipamentos seguros, a menos que isso resulte de evento exterior garantido pelo contrato de seguro;
- l) Despesas decorrentes do diagnóstico, da pesquisa, da investigação, da identificação ou da reparação de danos em peças, elementos, componentes ou módulos dos equipamentos seguros, a menos que se isso se torne necessário por causa de evento exterior garantido pelo contrato de seguro;
- m) Perdas ou danos pelos quais sejam legal ou contratualmente responsáveis os fabricantes, os fornecedores ou os vendedores dos bens seguros, ou as entidades ou pessoas a quem tenha sido confiada a sua manutenção;
- n) Perdas ou danos devidos a furto ou roubo, exceto quando a) o mesmo tenha sido praticado por assalto, arrombamento ou escalamento ou b) o mesmo tenha sido praticado com abertura de portas ou janelas exteriores, por meio de chaves falsas.

Ter-se-á, no entanto, como garantido o furto ou roubo de equipamentos eletrónicos portáteis do interior de veículos, qualquer que seja a respetiva natureza ou função, se se verificarem todas e simultaneamente as seguintes condições:

- Veículo estacionado, devidamente fechado à chave;
- Vestígios de arrombamento do veículo;
- Bens seguros guardados na bagageira do veículo e ainda, se em período noturno (entre as 22h e as 6h)
- Veículo em garagem individual fechada, ou coletiva com vigilância permanente.

Nota: limitando e restringindo as exclusões das alíneas e) (danos estéticos) e f) (acessórios), são de ter como garantidos tais danos, incluindo então os danos apenas estéticos e os acessórios, se os mesmos estiverem associados a outros danos principais decorrentes de sinistro indemnizável pelo contrato de seguro.

#### **15.4 Capital Seguro**

1. O valor seguro a considerar para os equipamentos, deverá corresponder aos custos de aquisição de equipamentos novos, iguais ou do mesmo tipo, com idênticas características, funções, capacidade e rendimento, ou com novas capacidades que não lhes aumentem o custo alternativo, acrescidos de encargos de transporte e de montagem, e ainda dos encargos aduaneiros ou de outros encargos fiscais, necessários ou exigíveis para a respetiva instalação nos mesmos locais e posição que tinham antes da ocorrência do sinistro.
2. Serão tomados os valores correntes de mercado, em condições normais de compra, não valendo para cálculo do respetivo valor (de seguro ou de indemnização) quaisquer descontos que a Empresa Segurada tenha obtido na sua aquisição ou que possa vir a obter para a sua substituição.

#### **15.5 Determinação do valor da indemnização e seu limite**

1. No caso de destruição total dos bens seguros, o Segurador liquidará uma indemnização correspondente ao valor que os bens afetados tinham à data do sinistro, tendo por base o estabelecido em 15.4. (valor em novo), com dedução do valor relativo à depreciação natural sofrida pelo bem seguro afetado, no limite global máximo a fixar no contrato de seguro para a garantia de equipamentos eletrónicos.
2. Se os danos sofridos pelos bens seguros forem reparáveis, a indemnização compreenderá, quer as despesas necessárias para os repor nas mesmas condições em que se encontravam imediatamente antes de ocorrer o sinistro, quer as despesas decorrentes de trabalhos de desmontagem e montagem e de fretes, quer ainda os direitos alfandegários, se os houver.
3. Se as despesas a que se refere o número anterior forem iguais ou superiores ao valor dos bens imediatamente antes do sinistro, a indemnização a cargo do Segurador será limitada ao mesmo valor.
4. O Segurador suportará as despesas com reparações provisórias que façam parte das reparações definitivas e que não sejam mais onerosas que estas.



### **I 5.6 Instalações e equipamentos obsoletos**

As indemnizações por danos em bens seguros que já não se fabriquem, ou para os quais já não existam no mercado peças de substituição em novo (equipamentos obsoletos), serão limitadas ao montante que seria adequado para reparar o modelo atualizado do mesmo tipo de bem, com características equivalentes.

## **I 6. INFIDELIDADE**

Sob o mesmo contrato de seguro de riscos patrimoniais, o Segurador indemnizará também, até ao limite do capital específico seguro, as perdas económicas das Empresas Seguradas em consequência de ação de subtração dolosa, de malversação, ou de apropriação indevida de cheques ou de dinheiro propriedade das Empresas Seguradas, cometida por, ou imputável a empregados ou colaboradores ao seu serviço regular.

Só relevarão para efeitos da presente cobertura atos praticados, por ação ou omissão, durante o desempenho ininterrupto do cargo ou função do seu agente, cuja imputabilidade seja viável, e relativamente aos quais seja feita comunicação ou queixa às autoridades competentes no prazo legal e seja iniciado o correspondente procedimento judicial.

A cobertura de infidelidade, no âmbito pessoal que esteja definido, restringe-se a factos ocorridos durante o período de vigência do contrato e devidamente participados no mesmo período, ou participados nos seis meses seguintes à data do seu termo.

São admitidas como excluídas da cobertura de infidelidade:

- Perdas económicas originadas por incêndio, espoliação, saque ou pilhagem, ou ocorridas em consequência de motim ou revolução, cometidos ou provocados, com a conivência ou cumplicidade ativa ou por omissão, dos empregados ou colaboradores das Empresas Seguradas;
- Perdas decorrentes do desaparecimento ou destruição de dinheiro, letras de câmbio, títulos de crédito e outros valores análogos, confiados à custódia dos empregados ou colaboradores considerados para efeito desta cobertura, quando sejam originados por terremotos, inundações, furacões ou outros fenómenos meteorológicos, bem como em consequência de operações militares;

- Lucros cessantes e outros danos consequenciais, perdas de benefícios ou de interesse, diminuição do volume de negócios ou outros danos indiretos similares, mesmo que resultantes de atos compreendidos sob esta cobertura.

São de ter ainda como excluídos da cobertura:

- Atos cometidos por empregados ou colaboradores que a Empresa Segurada, na data da contratação da cobertura, sabia terem cometido atos idênticos ou análogos ao seu próprio serviço ou ao serviço de terceiros;
- Atos ocorridos em consequência de, ou propiciados por, manifesta falta de zelo ou por negligência grave por parte da Empresa Segurada.
- Atos de guerra ou terrorismo, ou atos praticados em situação de guerra ou de alteração grave da ordem pública.

## **17. BENS CONFIADOS ÀS EMPRESAS SEGURADAS OU SOB A SUA CUSTÓDIA**

A cobertura é extensiva a bens confiados às Empresas Seguradas ou sob a sua custódia, desde que esses bens não se encontrem seguros por iniciativa dos proprietários ou de qualquer outro interessado.

A responsabilidade do Segurador fica limitada à quantia a pagar pelas Empresas Seguradas para compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos respetivos bens, tudo no limite do capital específico convencionado para a cobertura.

## **18. TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM**

Ter-se-ão como automaticamente cobertos quaisquer obras e trabalhos de construção, instalação ou montagem, na condição de que o valor total do projeto correspondente, antes de IVA, não exceda **€ 5 milhões** (*cinco milhões de euros*).

Esta cobertura exclui quaisquer Perdas de Lucros Antecipadas e de Responsabilidade Civil.

A Apólice apenas cobre o interesse do Segurado (bens próprios ou sob o seu controle), excluindo o interesse do(s) empreiteiro(s).

## **19. COLAPSO DE ESTRUTURAS**

### **19.1 Âmbito da cobertura**

Cobertura de danos em elementos estruturais dos bens seguros em consequência do respetivo colapso, e cuja causa seja imputável a erro ou defeito de projeto, de mão-de-obra ou de materiais.

Ter-se-á por colapso estrutural a perda súbita e imprevista das características resistentes dos elementos estruturais das construções, e que provoquem rotura ou ruína total ou parcial dos mesmos ou que, por razões de segurança, impliquem a respetiva demolição.

### **19.2 Exclusões**

São admitidas como excluídas da presente cobertura:

- a) Perdas ou danos efetivamente assumidos por terceiro, nomeadamente fabricante, projetista, construtor, fornecedor ou montador;
- b) Necessariamente resultantes de falta de manutenção, ou de manutenção deficiente ou inadequada atribuível às Empresas Seguradas;
- c) Resultantes de corrosão, oxidação, ferrugem, efeitos da água salgada ou da chuva, a não ser que isso resulte de acidente coberto pelo contrato de seguro;
- d) Perdas ou danos resultantes de deficiência de construção, de projeto, de qualidade de terrenos ou de outras características do risco, que fossem ou devessem ser do conhecimento prévio das Empresas Seguradas;
- e) Perdas ou danos em bens seguros se, no momento da ocorrência do evento, a respetiva estrutura já se encontrava danificada, desmoronada ou deslocada, sendo isso do conhecimento das Empresas Seguradas.

### **19.3 Franquia**

Será deduzida a qualquer indemnização o valor da franquia que estiver convencionada.

## **20. CHOQUE OU IMPACTO DE EMBARCAÇÕES**

Cobertura de perdas ou de danos nos bens seguros em consequência de choque ou de impacto do todo ou de parte de aparelhos de navegação marítima.

A indemnização de perdas ou de danos cobertos ao abrigo desta garantia estará condicionada a que, à data do sinistro, o local de risco esteja sinalizado de acordo com as regras comuns e com a legislação relativa à navegação marítima ou fluvial.

Será deduzida a qualquer indemnização o valor da franquia que estiver convencionada.

## **21. MÁQUINAS CASCO**

### **21.1 Cobertura**

1. Cobertura até ao limite estabelecido nas condições particulares de danos materiais causados diretamente em máquinas, em consequência de sinistro de causa externa coberto pelo contrato de seguro.
2. A presente garantia é válida quando os bens seguros se encontrem quer em laboração, quer em repouso, quer ainda em montagem ou desmontagem, ou em operações de teste, manutenção ou de reparação.

### **21.2 Exclusões**

- I. Além das exclusões genéricas relativas ao contrato de seguro que sejam aplicáveis, valerão também as seguintes exclusões:
  - a) Avarias mecânicas ou elétricas internas, quebra ou desajustamentos, congelação ou escassez do líquido refrigerante ou de outros fluidos, lubrificação deficiente ou escassez de óleo ou perda de combustível, lubrificante ou refrigerante;
  - b) Explosão de caldeiras ou recipientes de pressão ou de motores de combustão interna;
  - c) Influências graduais e progressivas provocadas pela atmosfera ambiental normal, designadamente efeitos de uso, fadiga térmica ou mecânica, desgaste, deterioração, mesmo que como consequência da falta de uso ou de normal funcionamento;

- d) Desgaste ou uso normal, vetustez, fadiga, ferrugem, corrosão, erosão ou oxidação, cavitação ou deterioração devidas a falta de uso, condições atmosféricas normais, incrustação, riscos em superfícies pintadas ou polidas e amolgadelas que não afetem o normal funcionamento de bem seguro;
- e) Desenvolvimento lento de deformações, distorções, fendas, fraturas, bolhas, laminações, rachas ou ranhuras e retificação de juntas ou de outras uniões defeituosas, a menos que estes defeitos resultem de avaria por outra forma garantida pelo contrato de seguro;
- f) Utilização diferente daquela para a qual a maquinaria foi construída, sobrecargas intencionais ou quaisquer experiências ou ensaios que envolvam condições anormais de trabalho, com exceção dos atos tendentes a verificar a correta laboração das máquinas ou dos respetivos dispositivos de segurança;
- g) Circunstâncias pelas quais sejam responsáveis, por força da lei, de garantia ou de contrato de manutenção e assistência, o construtor, o representante, o fornecedor, o vendedor ou o instalador dos bens seguros;
- h) Ações ou omissões das Empresas Seguradas, seus legítimos representantes e seus trabalhadores, quando em estado de embriaguez, ou sob a influência de estupefacientes ou em estado de demência, desde que pertença e seja possível à Empresa Segurada evitá-lo;
- i) Violação grave de normas legais ou de procedimentos técnicos elementares que a Empresa Segurada ou as pessoas pelas quais é civilmente responsável deveriam necessariamente conhecer e cumprir;
- j) Danos já existentes à data do sinistro ou faltas que se descubram durante qualquer operação de inventário, revisão ou controlo;
- k) Uso indevido dos bens seguros depois de ocorrido um sinistro e antes da sua reparação definitiva ter lugar, ou antes de estarem garantidas as condições normais de operação;
- l) Despesas com horas extraordinárias e fretes especiais;
- m) Custos suplementares relativos a modificações, melhorias ou revisões ordenadas pela Empresa Segurada no decurso de uma reparação resultante de um risco coberto.

## 2. A cobertura não abrangerá:

- a) Máquinas quando em circulação nas vias públicas pelos seus próprios meios ou em transporte em embarcações ou aeronaves;

- b) Equipamentos alugados, quando a responsabilidade seja atribuída ao seu locador, por lei ou por contrato;
- c) Maquinaria, equipamento ou materiais de construção que se instalem em qualquer edifício ou estrutura para formar parte definitiva dos mesmos;
- d) Ferramentas permutáveis tais como brocas, abrasivos, cortantes e folhas de serra, moldes e matrizes, revestimento ou gravações em cilindros e rolos, salvo se acompanhadas da destruição total ou parcial do bem seguro;
- e) Partes que, pelo seu uso ou natureza, estejam sujeitas a elevada taxa de desgaste ou de depreciação, nomeadamente superfícies para pulverizar ou fraturar materiais, crivos, peneiras, cordas, correias de transmissão, cadeias e telas transportadoras ou elevadoras, baterias, pneus, cabos que não sejam condutores eléctricos, escovas e materiais refratários, salvo em caso de destruição total ou parcial do bem seguro;
- f) Fundações e alicerces das máquinas

## **22. AVARIA DE MÁQUINAS**

### **22.1 Âmbito da cobertura**

Cobertura complementar de perdas ou danos materiais ocorridos com as máquinas e equipamentos seguros, qualquer que seja a respetiva natureza, e assim considerados pelas Empresas Seguradas, que obriguem a reparações ou substituições, mesmo parciais, antes de retomarem o funcionamento, desde que tais perdas ou danos ocorram de forma acidental, súbita e imprevista e resultem diretamente de:

- a) Acidentes ou incidentes fortuitos de laboração, tais como vibrações, maus ajustamentos ou desprendimento de peças, falhas ou defeitos dos instrumentos de proteção ou regulação;
- b) Queda, impacto, colisão, obstrução ou entrada de corpos estranhos;
- c) Rotura ou desintegração devida a ação de força centrífuga;
- d) Insuficiência de água em geradores de vapor ou recipientes sob pressão;
- e) Sobrepressão (exceto explosão química) ou implosão;

- f) Efeitos diretos de corrente elétrica como resultado de curto-circuitos, arcos-voltaicos, sobretensões, sobreintensidades e outros fenómenos semelhantes, bem como de perturbações elétricas consequentes à queda de raio ou a outros fenómenos atmosféricos;
- g) Falhas ou defeitos do projeto, dos materiais, de fabrico ou de montagem;
- h) Imperícia, negligência ou atos maliciosos de trabalhadores ou de terceiros;
- i) Qualquer outra causa não expressamente excluída no contrato.

A cobertura tem início logo que esteja terminada a instalação inicial das máquinas e equipamentos seguros e que sejam concluídos com êxito os respetivos ensaios.

As garantias correspondentes à presente cobertura complementar abrangem os bens seguros quando os mesmos se encontrem:

- Em funcionamento, ou em paragem ou repouso;
- Em processo de desmontagem, total ou parcial, para fins de manutenção, de revisão, de limpeza, de beneficiação ou de instalação noutra posição dentro do local de risco previsto sob o contrato de seguro, ou em processo de remontagem consequente.

Todos os equipamentos são passíveis de ser garantidos independentemente da idade dos mesmos.

## **22.2 Bens não seguráveis**

Ainda que façam parte do universo dos bens abrangidos pelo contrato de seguro, a presente cobertura complementar não garante:

- a) Partes que pelo seu uso ou natureza sofram elevada taxa de desgaste ou depreciação, nomeadamente superfícies para triturar ou fraturar materiais, crivos, peneiras, filtros, tubos flexíveis, juntas, cordas, esteiras, correias de transmissão, telas transportadoras ou elevadoras, cabos que não sejam condutores elétricos, escovas, baterias, pneus e materiais refratários;
- b) Ferramentas permutáveis ou substituíveis tais como brocas, cortantes e lâminas;
- c) Formas, moldes, cunhos, matrizes, punções, revestimentos ou gravações em cilindros e rolos;

d) Catalisadores e produtos inerentes à laboração, nomeadamente combustíveis, produtos químicos, substâncias de filtragem, produtos de limpeza, líquidos refrigerantes, óleos e lubrificantes, com exceção do óleo usado nos transformadores e interruptores elétricos e de mercúrio utilizados nos retificadores de corrente.

Contudo, os danos materiais sofridos pelos bens cobertos serão indemnizados quando resultem de sinistro garantido pelo contrato de seguro e ocorrido em outra parte não excluída de um bem seguro.

A indemnização devida será calculada tendo em conta a depreciação sofrida pelo uso e grau de conservação do bem imediatamente antes da ocorrência do sinistro.

### **22.3 Exclusões**

São de ter como excluídas das garantias correspondentes à presente cobertura complementar:

- a) Perdas ou danos resultantes de falhas ou de defeitos existentes nos bens seguros à data da celebração do contrato de seguro que sejam ou devessem ser do conhecimento das Empresas Seguradas ou dos seus legais representantes, ou dos responsáveis pela exploração técnica dos bens seguros, quer tais falhas ou defeitos tenham ou não sido comunicados ao Segurador;
- b) Custos com reparações ou substituições devidas a uso ou desgaste, corrosão, erosão, cavitação ou deterioração devidas a falta de uso ou ação progressiva ou contínua de agentes químicos, a condições atmosféricas, incrustações, depósitos de lamas ou outros sedimentos, defeitos estéticos tais como riscos em superfícies pintadas ou polidas, a menos que tais custos resultem de danos garantidos em outras partes dos bens seguros;
- c) Perdas ou danos pelos quais sejam legal ou contratualmente responsáveis os fabricantes, fornecedores, vendedores ou empresas reparadoras;
- d) Avarias causadas por sobrecargas intencionais, ensaios ou quaisquer experiências que envolvam condições anormais de trabalho;
- e) Perdas ou danos resultantes da continuação em uso de qualquer bem seguro depois do mesmo ter sofrido danos indemnizáveis por este contrato sem que tenha sido feita a sua reparação definitiva e garantido o seu normal funcionamento;



f) Quaisquer perdas ou danos que se encontrem abrangidos pela cobertura básica do contrato ou das condições especiais que lhes sejam aplicáveis, com exceção dos previstos na alínea f) do número 22.1 (efeitos diretos de corrente elétrica).

#### **22.4 Avaliação dos prejuízos**

A avaliação dos prejuízos resultantes de perdas ou danos cobertos sob a presente cobertura complementar será feita da seguinte forma:

- a) Havendo lugar a reparação, os prejuízos corresponderão aos custos necessários, reportados à data do sinistro, para reposição do bem seguro danificado, em condições de funcionamento similares às que tinha imediatamente antes da ocorrência dos danos, incluindo as despesas normais decorrentes dos trabalhos de desmontagem e remontagem necessários às reparações, assim como os encargos com fretes normais, taxas alfandegárias e impostos, se incorridos e desde que abrangidos pelo valor seguro. Se as reparações forem efetuadas em oficinas das Empresas Seguradas, o valor dos prejuízos corresponderá ao custo dos materiais e da mão-de-obra despendidos para o efeito, acrescido de uma percentagem razoável para cobrir os seus gastos administrativos.
- b) Salvo a dedução correspondente ao uso e vetustez dos equipamentos, nenhuma dedução será feita a título de depreciação das partes substituídas.
- c) Se o custo da reparação calculado como acima previsto for igual ou superior ao valor atual do bem seguro imediatamente antes da ocorrência dos danos, a determinação dos prejuízos será devida apenas no limite do valor do bem.
- d) No caso de destruição total de um bem seguro, os prejuízos corresponderão ao valor atual desse bem imediatamente antes da ocorrência dos danos. Entende-se por valor atual o valor de substituição em novo, por outro bem com idênticas características, capacidade e rendimento, acrescido de despesas com fretes, montagem e impostos, mas deduzido do valor correspondente à depreciação natural sofrida pelo bem. Ao valor assim calculado acrescerá o custo normal e razoável da remoção do bem danificado.
- e) Ao valor dos prejuízos, avaliados como previsto nos números anteriores, será abatido o valor de mercado de quaisquer salvados. A diferença representará a indemnização devida pelo Segurador às Empresas Seguradas, antes da necessária dedução da franquia convencionada, se disso for o caso.

- f) Quando em consequência de uma mesma ocorrência, resultarem perdas ou danos em mais de um bem seguro, a Empresa Segurada apenas suportará o valor da franquia mais elevada, aplicável a qualquer dos bens atingidos.
- g) Quando em consequência de uma mesma ocorrência, resultarem perdas ou danos em mais de um bem seguro pertencentes a diferentes Empresas Seguradas, apenas será aplicável a franquia mais elevada, a suportar por cada empresa na proporção do valor das perdas de cada uma.
- h) Quando ao contrato for aplicada a condição especial de garantia do “valor de substituição” e o sinistro provocar a perda total de máquina ou equipamento garantido, a indemnização será apurada sob os critérios aplicáveis à condição especial de garantia do valor de substituição.
- i) O abandono dos salvados está dependente de acordo entre Empresa Segurada e Segurador.

### **23. VARIAÇÃO DE QUANTIAS SEGURAS E DESCRIÇÃO UNITÁRIA DE BENS SEGUROS**

As quantias atribuídas a cada rubrica podem variar e, em caso de sinistro, qualquer excesso de capital em outras rubricas será levado a beneficiar a rubrica, a sub-rubrica ou a verba cuja quantia segura se possa considerar insuficiente em tal circunstância, desde que, globalmente, a totalidade do capital seguro corresponda ao valor global dos bens seguros.

### **24. GASTOS EXTRAORDINÁRIOS**

Ficam incluídos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações industriais danificadas por um risco coberto pela apólice.

O capital máximo indemnizável não poderá exceder o valor fixado nas condições particulares do contrato de seguro.

## **25. INCLUSÃO DE NOVOS BENS OU BENEFICIAÇÕES DE BENS EXISTENTES**

A AdP SGPS ou as Empresa Segurada, consoante os procedimentos a instituir pela AdP SGPS, declararão trimestralmente ao Segurador, dentro dos 30 (*trinta*) dias subsequentes ao termo de cada trimestre, os aumentos de capital seguro correspondentes à inclusão de novos bens – edifícios, maquinismos, outros equipamentos e mobiliários integrados no local de risco – ou à valorização dos já existentes que tenham sido objeto de beneficiações.

Caso se verifique um sinistro durante o lapso de tempo indicado para cumprimento da obrigação referida no parágrafo anterior, o Segurador considerará como declarados pelo seu valor real os novos bens, assim como as beneficiações dos existentes, até ao limite máximo de 15% (*quinze por cento*) por segurado

O prémio devido pelos aumentos de capital seguro nos termos desta cláusula, será calculado a partir da data equidistante ao início e ao termo do prazo indicado no primeiro parágrafo.

## **26. VARIAÇÃO DE QUANTIAS SEGURAS**

Na eventualidade de um sinistro, o Segurador não aplicará a regra proporcional até à diferença máxima de 15% (*quinze por cento*) entre a globalidade dos capitais seguros e o correspondente valor de substituição, por segurado.

## **27. BENS AO AR LIVRE**

Quando a presente cobertura complementar se aplicar e estiver contratada, ficam cobertos os danos ou prejuízos causados a bens existentes ao ar livre que existam nas instalações de qualquer das Empresas Seguradas, para todas as coberturas contratadas, desde que os bens sejam construídos e/ou embalados e/ou destinados para instalação/operação ao ar livre.

## **28. PAGAMENTOS POR CONTA E ADIANTAMENTOS EM CASO DE SINISTRO**

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pelo contrato de seguro e, após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou de substituição, o Segurador fica obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalho, ou locação de bens e aquisição de bens ou serviços que as Empresas Seguradas tenham de celebrar.

Se o contrato estiver estabelecido em regime de cosseguro, o Segurador líder procederá em seu próprio nome, e por conta das restantes cosseguradoras, à liquidação global do sinistro, até ao montante de € 500.000 (*quinhentos mil euros*) sem necessidade do respetivo consentimento ou avanço prévio.

## **Seguros Patrimoniais**

### **Anexo I C**

#### **Riscos Políticos e Sociais - Terrorismo**

A AdP SGPS será tomadora de um contrato de seguro de danos relativos a riscos político-sociais e, designadamente o risco de terrorismo, sendo a Empresa Segurada a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., considerando todos os locais ou instalações onde esta empresa exerce ou possa exercer as suas atividades.

#### **1. REGIME**

Cobertura a contratar autonomamente em contrato de seguro específico.

A cobertura dos riscos políticos e sociais valerá segundo as condições contratuais de referência adiante indicadas ou sobre outras mais abrangentes previstas na proposta do segurador adjudicatário.

As presentes disposições prevalecem em tudo quanto seja mais favorável à Empresa Segurada - EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

#### **2. TOMADOR DO SEGURO E SEGURADAS**

A AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. (AdP SGPS) será a Tomadora do Contrato de seguro.

#### **3. PERÍODO DO SEGURO**

Período contratado sob concurso.

#### **4. ATIVIDADES PRINCIPAIS**

Todas as atividades da EPAL em todos os locais ou instalações onde exerce ou possa exercer as suas atividades ou onde estejam os seus ativos.

## **5. OBJETO SEGURO**

**Danos materiais**-Todos os bens e interesses relacionados com as atividades próprias ou apenas complementares ou ocasionais da Empresa Segurada aí incluindo, por isso e principalmente, todos os edifícios, obras, estabelecimentos, instalações, estruturas, sistemas, benfeitorias, equipamentos fixos ou móveis, produtos e mercadorias de qualquer natureza, estado ou finalidade, não especificamente excluída.

## **6. LOCAIS DE RISCO**

Todos os locais ou instalações onde exerce ou possa exercer as suas atividades ou onde estejam os seus ativos.

## **7. ÂMBITO DA COBERTURA**

Perdas ou danos materiais de ou em bens seguros em consequência de atos de terrorismo, desde que tais perdas ou danos não se encontrem expressamente excluídos pelas condições contratuais do seguro, devendo o Segurador proceder à sua substituição, reposição ou reparação no estado em que os mesmos bens se encontravam no momento imediatamente anterior ao da ocorrência do sinistro.

## **8. VALORES SEGUROS E LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO**

As coberturas e limites de Indemnização para a apólice de apólice de terrorismo, encontram-se descritas no **ANEXO V – Seguros de património - Matriz de coberturas e limites de indemnização**.

## **9. FRANQUIAS**

As franquias encontram-se descritas no **ANEXO VI – Seguros de património - Matriz de franquias**.

## **10. DEFINIÇÃO DE ATOS DE TERRORISMO**

Para efeito da definição do âmbito da presente cobertura de seguro ter-se-á como ato de terrorismo qualquer ato assim previsto na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 60/2015, de 24 de junho.

## **11. DANOS EXCLUÍDOS**

- a) Perdas ou danos direta ou indiretamente decorrentes de detonação ou reação nuclear, de radiação nuclear ou contaminação radioativa, qualquer que tenha sido a respetiva causa.
- b) Perdas ou danos direta ou indiretamente decorrentes de guerra, invasão ou operações similares, declaradas ou não, atos hostis de quaisquer entidades soberanas ou governamentais, guerra civil, rebelião, insurreição, comoção civil que assuma as proporções ou o relevo de um levantamento, poder militar ou usurpação de poder, lei marcial ou confisco por ordem de qualquer governo ou autoridade pública.
- c) Perda por apreensão ou ocupação ilegal.
- d) Perdas ou danos causados por confisco, requisição, detenção, ocupação legal ou ilegal, embargo, quarentena, ou qualquer resultado de qualquer ordem de qualquer autoridade pública ou governamental que prive qualquer Empresa Beneficiária do uso ou do valor da sua propriedade, bem como perdas ou danos resultantes de atos de contrabando, transporte ilegal ou comércio ilegal.
- e) Perdas ou danos direta ou indiretamente resultantes ou em consequência de descargas de substâncias poluentes ou contaminantes, devendo tais poluentes ou contaminantes compreender, sem assim os limitar, qualquer substância irritante (sólida, líquida, gasosa ou térmica), qualquer contaminante de substância tóxica ou pernicioso, ou qualquer substância cuja presença, existência ou libertação ponha em perigo ou ameace pôr em perigo a saúde, a segurança ou o bem-estar de pessoas ou do ambiente.
- f) Perdas ou danos provocados por qualquer exposição ou libertação química ou biológica de qualquer espécie.

- g) Perdas ou danos causados por vândalos ou outras pessoas atuando malevolamente ou através de protestos ou greves, tumultos ou comoção civil, a menos que as perdas ou danos físicos sejam diretamente causados por um ato de terrorismo.
- h) Perdas ou encargos acrescidos determinados coercivamente por qualquer autoridade pública ou civil em cumprimento de qualquer norma legal ou decisão relativa à reconstrução, reparação ou demolição de qualquer propriedade compreendida no âmbito do contrato de seguro.
- i) Quaisquer perdas ou danos consequenciais decorrentes de qualquer causa subsequente.
- j) Perda de uso, atraso ou perda de mercado, ainda que causado por, ou resultante de qualquer dano precedente compreendido sob a presente cobertura.
- k) Perda ou dano causado pela cessação, flutuação, variação ou insuficiência dos fornecimentos de água, de gás ou de eletricidade, ou de quaisquer tipos ou serviços de telecomunicações.
- l) Perdas ou encargos acrescidos resultantes de ameaça ou de falso alarme, na ausência de qualquer dano físico resultante de um ato de terrorismo.
- m) Perdas ou danos causados por ou decorrentes de roubo, arrombamento, furto ou apropriação indevida, ou causados por qualquer pessoa que seja participante de tais atos.

## **12. BENS EXCLUÍDOS:**

- a) Terrenos ou valores a eles referidos (*land values*).
- b) Linhas ou redes de transmissão ou alimentação de eletricidade fora das instalações da Empresa Segurada.
- c) Edifícios ou estruturas e respetivos conteúdos que e enquanto estejam vagos, desocupados ou inoperativos durante mais de 30 (*trinta*) dias.
- d) Aeronaves ou quaisquer aparelhos ou instrumentos aéreos, ou quaisquer embarcações.
- e) Quaisquer meios de transporte terrestre, incluindo veículos, locomotivas ou material circulante, a menos que tais meios de transporte terrestres sejam declarados para efeitos desta cobertura e desde que se encontrem no perímetro das propriedades garantidas sob a presente cobertura no momento em que sejam danificadas.
- f) Animais, plantas e quaisquer coisas viventes.



g) Bens em trânsito fora das instalações da Empresa Segurada ou de instalações sob o seu controlo.

### **13. PERÍODO DE OCORRÊNCIA**

Período de 72 (*setenta e duas*) horas, pertencendo à AdP SGPS e à Empresa Segurada identificar o primeiro momento de tal período (dia, hora, minutos).

### **14. REMOÇÃO DE ESCOMBROS**

Cobertura sem necessidade de valoração.

### **15. NÃO RESOLUÇÃO**

A cobertura não pode ser cancelada ou resolvida durante o período do seguro a menos que isso decorra da falta de pagamento do correspondente prémio, e apenas se isso estiver expressamente previsto.



## **ANEXO II**

### **LISTA DE EMPRESAS SEGURADAS**

- AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS)
- AdP Valor - Serviços Ambientais, S.A. (AdP VALOR)
- AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. (AdPI)
- AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A. (AdPE)
- Águas do Norte, S.A. (AdNorte)
- Águas do Douro e Paiva, S.A. (AdDP)
- Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S.A. (Simdouro)
- Águas do Centro Litoral, S.A. (AdCL)
- AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA)
- EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL)
- Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA)
- Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT)
- Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (Simarsul)
- AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA)
- Águas de Santo André, S.A. (AdSA)
- Águas do Algarve, S.A. (AdA)
- A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. (ADAM)

### **ANEXO III**

#### **CAPITAIS POR INFRAESTRUTURA**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).

**ANEXO IV**  
**SEGUROS DE PATRIMÓNIO – MATRIZ DE COBERTURAS E LIMITES DE**  
**INDEMNIZAÇÃO**

(Este anexo é fornecido separadamente em ficheiro à parte)

**ANEXO V**  
**SEGUROS DE PATRIMÓNIO – MATRIZ DE FRANQUIAS**

(Este anexo é fornecido separadamente em ficheiro à parte)

## **ANEXO VI SINISTROS**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).

## **ANEXO VII**

### **GESTÃO DE RISCO NO GRUPO ADP**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).

- **ANEXO VII A - Avaliação do Risco Empresarial**
- **ANEXO VII B- Gestão do Risco Empresarial**



## **ANEXO VIII**

### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS BARRAGENS**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).

## **ANEXO IX**

### **RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE RISCO**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).

## **ANEXO X**

### **CARACTERIZAÇÃO DE EMISSÁRIOS**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Programa de Concurso).